

FAMÍLIA SIMAS: por um Brasil Republicano

SIMAS FAMILY: for a Republican Brazil

FAMILIA SIMAS: por un Brasil republicano

Jamylle de Almeida Ferreira*

Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos**

Fabio Furtado Pereira***

RESUMO

Novembro, mês em que se comemora o Dia da Bandeira, propomos uma reflexão sobre a importância de uma relevante família republicana no cenário nacional: os Simas. A primeira bandeira republicana do Brasil foi confeccionada no seio dessa família. Flora Simas de Carvalho foi a bordadeira a quem se confiou essa missão. A bandeira teria sido hasteada logo após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, oficializada quatro dias depois, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro, quando o Decreto n.º 04, de 19 de novembro a estabeleceu como um dos símbolos nacionais. Entretanto, o Dia da Bandeira só passou a ser oficialmente comemorado a partir de 19 de novembro de 1908, por iniciativa de membros do Congresso Nacional, em resposta a um protesto argentino que rasgou uma bandeira do Brasil. Esse artigo parte de uma pesquisa de Doutorado¹ que careceu de uma abordagem genealógica estratégica visando aproximar a metodologia de história oral e os documentos cartoriais. É oportuno uma releitura da genealogia familiar, buscando fechar algumas lacunas. A participação de representantes da família, traz novos elementos à pesquisa, já que ela não acaba quando a tese termina e vem a contribuir com nosso quebra-cabeças genealógico.

Palavras-chave: Dia da bandeira; história oral, documentos cartoriais, genealogia familiar.

* Mestre e Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: jamylleferreira@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/3023365944188675>

** Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval - Marinha do Brasil; Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro- EsAO; Mestre em Administração Pública - EBAPE, FGV- RJ; Doutor em Defesa Nacional por Notório Saber pelo Departamento de Ensino e Cultura do Exército Brasileiro. Bisneto de Flora Simas de Carvalho e sobrinho trineto de Fernando Machado de Simas. Contato: carlos.raposo@esg.br; <http://lattes.cnpq.br/5570476084971090>.

*** Formado em Marketing, Bacharelado em Direito, pesquisador, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, residente no Rio de Janeiro. Trineto de Fernando Machado de Simas. Contato: fabio@acervoraro.com; <http://lattes.cnpq.br/0423025270396278>.

1 O fortalecimento da figura de D. Yayá e a (re)produção da identidade nacional como elementos de resistência na luta pelo território: narrativas da comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ.

ABSTRACT

November, in the month in which Flag Day is celebrated, we propose a reflection on the importance of a prominent republican family on the national scene: the Simas. The first republican flag in Brazil was made within this family. Flora Simas de Carvalho was the embroiderer entrusted with this mission. The flag would have been rushed soon after the Proclamation of the Republic, on November 15, 1889, made official four days later, with a ceremony in the Chamber of Rio de Janeiro, when Decree No. 04, of November 19, distributed it as one of the National symbols. However, Flag Day only began to be officially celebrated from November 19, 1908, on the initiative of members of the National Congress, in response to an Argentine protest that tore up a Brazilian flag. This article is part of a doctoral research that takes a strategic genealogical approach focused on addressing oral history methodology and notary documents. It is timely to re-read the family genealogy, seeking to fill in some gaps. The participation of family representatives brings new elements to the research, as it does not end when the thesis ends and contributes to our genealogical puzzles. Keywords: Flag Day; oral history, notary documents, family genealogy.

RESUMEN

En el mes en que se celebra el Día de la Bandera, proponemos una reflexión sobre la importancia de una destacada familia republicana en el panorama nacional: los Simas. En el seno de esta familia se fabricó la primera bandera republicana de Brasil. Flora Simas de Carvalho fue la bordadora encargada de esta misión. La bandera habría sido apresurada poco después de que la Proclamación de la República, el 15 de noviembre de 1889, se oficializara cuatro días después, con una ceremonia en la Cámara de Río de Janeiro, cuando el Decreto nº 04, del 19 de noviembre, la distribuyó como uno de los símbolos nacionales. Sin embargo, el Día de la Bandera recién comenzó a celebrarse oficialmente a partir del 19 de noviembre de 1908, por iniciativa de miembros del Congreso Nacional, en respuesta a una protesta argentina que rompió una bandera brasileña. Este artículo forma parte de una investigación doctoral que adopta un enfoque genealógico estratégico enfocado en abordar la metodología de la historia oral y los documentos notariales. Es oportuno releer la genealogía familiar, buscando llenar algunos vacíos. La participación de representantes de las familias aporta nuevos elementos a la investigación, ya que no termina cuando termina la tesis y contribuye a nuestros enigmas genealógicos. Palabras clave: Día de la Bandera; historia oral, documentos notariales, genealogía familiar.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a esse artigo encontra-se em andamento e vem contribuindo com a genealogia da família de Flora Simas de Carvalho, mais conhecida como D. Yayá.

Um dos frutos desse processo foi a Tese de Doutorado intitulada “*O fortalecimento da figura de D. Yayá e a (re)produção da identidade nacional como elementos de resistência na luta pelo território: narrativas da comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ*”.

O caminho metodológico escolhido para construir essas narrativas foi a história oral, uma opção que se justificava pela possibilidade de dar voz² àqueles que mantêm vivos os seus conhecimentos por meio da oralidade, que é a forma utilizada pelos pescadores artesanais e populações tradicionais, de modo geral, para transmitir seus ensinamentos de geração em geração dentro da comunidade.

Ao longo do processo de captação e análise dos depoimentos revelou-se necessário estabelecer as relações de parentesco e sociabilidade da D. Yayá. Como ferramenta para aproximar a metodologia de história oral e os documentos foi utilizada a genealogia. Mas nem sempre ela coincidia com o depoimento oral, posto que baseada em documentos paroquiais/cartoriais que ocultavam a verdadeira origem da D. Yayá e de seus irmãos. As fontes oral e a escrita não casavam perfeitamente.

No passado, somente os documentos paroquiais, cartoriais, diplomáticos e estatais possibilitavam escrever a “verdadeira História”, pautada pelos estudos políticos e econômicos.

No limiar do século XX, tanto o objeto de análise da História como a concepção de documento começaram a ser alterados. O documento produzido a partir da fonte oral vem ganhando espaço e credibilidade, e este artigo é uma tentativa de demonstrar que o tipo de fonte pesquisado pode ser tão consistente quanto um documento escrito.

Mesmo assim, dependendo da delimitação temporal da pesquisa, os documentos da Igreja, por exemplo, constituem uma fonte histórica não só válida como muitas vezes única, porque as autoridades civis só começaram a registrar as estatísticas vitais após 1850. Por esse motivo, tais documentos estão entre as mais importantes fontes da pesquisa genealógica no país.

Entretanto, depois de perceber que o diálogo entre a fonte oral e a escrita aponta versões diferentes é oportuno uma releitura da genealogia de Flora Simas de Carvalho, buscando preencher algumas lacunas. O acesso a outros representantes da família traz novos elementos à pesquisa e dá sentido a trechos de alguns depoimentos orais que a fonte escrita negava.

Ferreira (2021) fez algumas inferências baseadas em documentos escritos e em outras produções realizadas a partir deles. Graças à fonte oral, algumas relações familiares supostas podem ser refeitas baseadas em depoimentos e informações familiares, dessa vez não de quem conviveu com a D. Yayá, mas dos receptores e guardiões dessas memórias, passadas de geração em geração.

2 Vilanova (In: Ferreira 1994, p. 51) acredita que todos têm voz, só que não ouvimos. Ela afirma que temos o direito de dizer que alguém não tem voz, quando nós é que somos surdos.

A pesquisa oral é participativa, recebe a contribuição de muitos atores e, em homenagem a eles, os que mais colaboraram com o levantamento de dados compõem o rol de coautores deste trabalho. São pessoas de dois eixos da família da D. Yayá que nem ao menos se conhecem ainda, mas que essa experiência deve tornar próximas: Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos, bisneto de Flora Simas de Carvalho e sobrinho trineto de Fernando Machado de Simas e Fabio Furtado Pereira, trineto de Fernando Machado de Simas.

2 ENTRE OS DEPOIMENTOS DE HISTÓRIA ORAL E OS DOCUMENTOS CARTORIAIS

Não raro a história oral complementa informações contidas em fontes escritas. Há críticas sobre esse uso auxiliar, mas o fato é que normalmente mesmo quem se diz defensor dessa metodologia e reivindica a credibilidade aos documentos produzidos com base no depoimento pouco ousa duvidar das informações contidas na fonte escrita, se tiver que optar entre uma e outra.

O trabalho de Ferreira (2021) teve como objeto as narrativas que expressam a consolidação da D. Yayá como representante do modo de vida da extinta Aldeia Imbuhy, localizada no bairro pesqueiro de Jurujuba, Niterói- RJ e ocupada desde, pelo menos, 1863.

A partir da década de 1990 o fortalecimento da identidade local teria sido subsidiado pela disputa territorial entre a comunidade – que vinha reivindicando o título de tradicional – e o Exército Brasileiro.

À antiga moradora, apontada como familiar de militares republicanos e esposa do líder dos pescadores local, foi atribuído o disputado título de bordadeira da primeira bandeira republicana³, numa interface entre o modo de vida existente na comunidade e o Estado. O objetivo foi demonstrar, através da metodologia de história oral, que a insegurança relacionada à moradia passou a fortalecer o sistema composto por memória, discurso e identidade, vinculando a história local à nacional, com o propósito de garantir a legitimidade necessária para reivindicar o direito à terra, à habitação e ao trabalho, potencializando a capacidade de [re]definição do território a partir da antiga moradora. Então, passou a ser preciso desvendar o emaranhado de relações de parentesco e de sociabilidade que a envolviam.

No estudo de Ferreira (2021) a árvore genealógica aparece como uma ponte entre o depoimento de história oral e o documento cartorial: um carregado de diversos tipos de emoção, afetividade e divergência e o outro seco, frio, cartesiano. Mesmo assim a objetividade do documento escrito acabou prevalecendo.

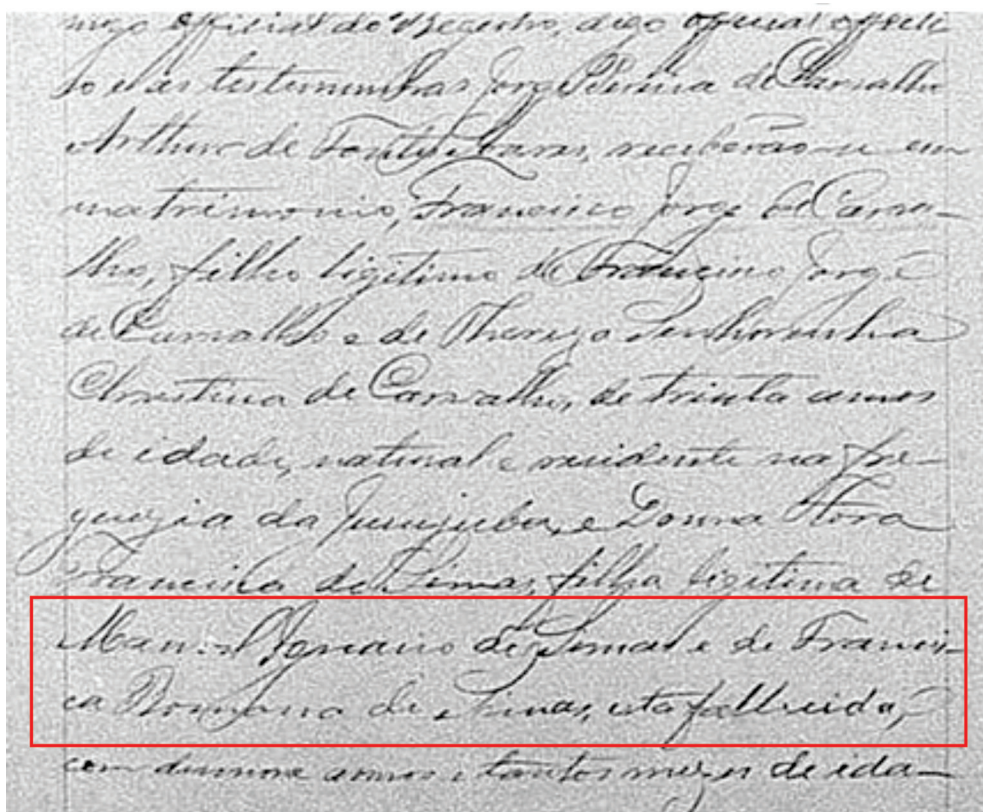
Como a família Simas tinha uma importância no cenário nacional havia árvores prontas, mas nem todas as informações batiam, existiam lacunas, inconsistências

3 Sobre a disputa que esse título envolve, vide Ferreira, 2022.

e muito precisava ser suposto. A partir de D. Yayá tudo estava por fazer. E foi feito, contactando os familiares do eixo dela.

O estudo considerou a filiação que consta no assentamento de casamento da D. Yayá com o pescador Francisco Bessa de Carvalho, datado de 1893. O documento aponta Manoel Ignacio de Simas e Francisca Romana de Simas (já falecida à época) como seus pais.

Figura 1: Registro de casamento da D. Yayá – 1893



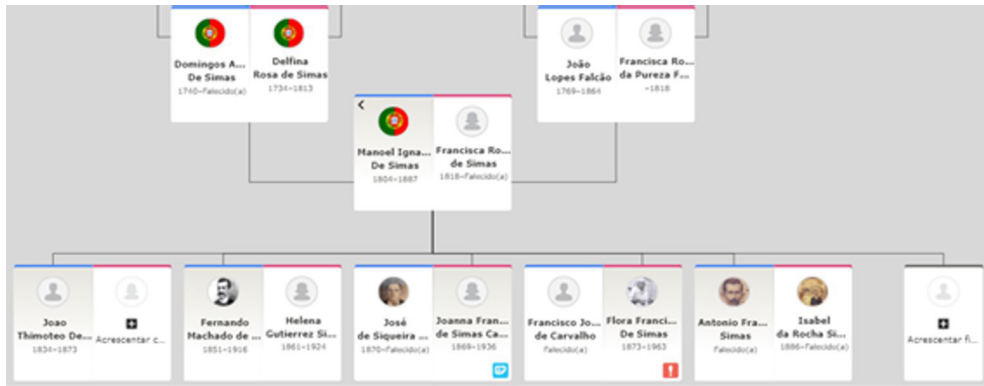
Fonte: Familysearch, 1893.

Uma árvore genealógica do FamilySearch⁴ confirmava esse grau de parentesco entre a D. Yayá e Manoel Ignacio de Simas/Francisca Romana de Simas.

Essa mesma árvore apontava ainda como irmãos da D. Yayá – João Thimoteo de Simas, Fernando Machado de Simas, Joana Francisca de Simas e Antônio Francisco de Simas – conforme se pode observar abaixo:

4 Disponível em: [FamilySearch.org/tree/pedigree/landscape/G9ps-G82](https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/G9ps-G82). Acesso em: 30 ago. 2020

Figura 2: Família da D. Yayá



Fonte: FamilySearch⁵

Nessa proposta da árvore genealógica nota-se a ausência de Olympia de Simas, uma das irmãs da D. Yayá, constantemente citada nos depoimentos orais dos familiares.

Entretanto, o único registro de nascimento encontrado foi o de Olympia, batizada, conforme descrito no assentamento da Igreja Católica, em novembro de 1874, três meses depois de seu nascimento, na Capela do Presídio de Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha- PE. Esse registro é bastante significativo.

Diferente do que consta na árvore do FamilySearch, Negrão (1945b) aponta que Manoel Ignacio de Simas teve com sua esposa, Francisca Romana de Simas, oito filhos e só dois deles aparecem na árvore (João Thimóteo de Simas e Fernando Machado Simas), uma vez que os outros quatro seriam filhos do seu terceiro filho, o Manoel Ignacio de Simas Filho: Joana, Flora (a D. Yayá), Olympia e Antônio.

Joana teria nascido em 1869, D. Yayá em 1873, Olímpia em 1874 e Antônio Francisco de Simas em 1877, todos em Pernambuco e, segundo depoimento de familiares, registrados em nome dos avós paternos por motivo não identificado.

De acordo com o Projeto de Resolução n.º 81/2015, com o falecimento da mãe, a jovem Yayá teria assumido o posto de matriarca da família *“e os irmãos mais novos foram criados por ela”*. Assim também garantiu sua neta, a já centenária Sra. Lucy, em entrevista realizada em 18 de outubro de 2016, à época com 97 anos e esbanjando lucidez: *“Quem ficou tomando conta dos irmãos era vovó. Tinha o quê? ...12, 13 anos.”*

Ela afirmou que D. Yayá era a mais velha entre os irmãos e só se casou depois que as irmãs casaram. No depoimento abaixo a Sra. Lucy reproduziu um diálogo entre a D. Yayá e seu pai com relação a esse entendimento:

Lucy: Aí um dia ela falou para ele: - Simas vou conversar com você.
Ela disse: - Olha, minhas irmãs estão crescendo, uma já está

5 Disponível em: [FamilySearch.org/tree/pedigree/landscape/G9ps-G82](https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/G9ps-G82). Acesso em: 30 ago. 2020.

com 12 para 13 anos e a outra com 14 para 15. Vou dizer uma coisa para você: quando minhas irmãs casarem eu vou cuidar de mim. Ela falou para ele.

Ela era a irmã mais velha.

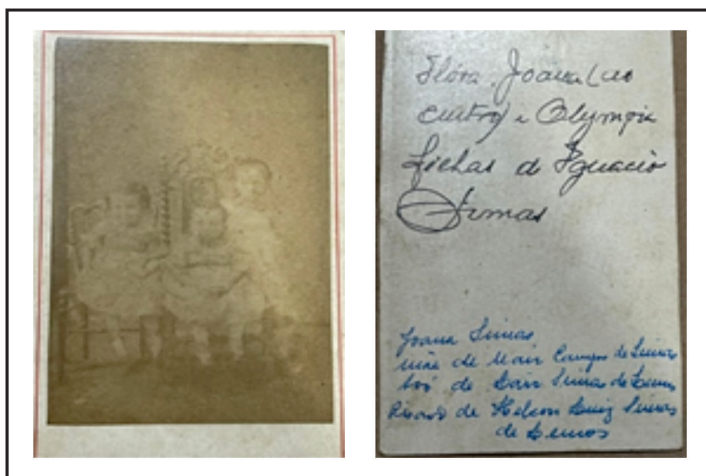
Aí ele virou pra ela e falou assim: - Ué Yayá, você quando suas irmãs casarem você vai cuidar de você e quem é que vai cuidar dos meninos?

Ela, vovó para ele(???) - Os meninos são homens. Que se virem! Naquela época... Aí a tia Joana casou com 13 anos e a tia Olívia⁶ casou com 14 anos. A essa altura ela já estava com 16 para 17. Já estava de olho em vovô. Simas... Francisco Simas de Carvalho, Francisco de Carvalho. Não, vovó era Carvalho, é. É... Chico Bessa: Francisco Bessa de Carvalho, Francisco Bessa de Carvalho, meu avô.

Até o momento as pesquisas confirmam que D. Yayá tinha irmãos, mas não garantem que de fato era a mais velha entre eles. Além disso, as irmãs são mais lembradas. A neta Iza, aos 88 anos, em depoimento, colhido no dia 17 de maio de 2018, confirmou seus nomes: *“Tinha...vovó Joana (eu chamava de vovó), vovó Olympia... e ela.”*

Abaixo uma fotografia das três irmãs ainda crianças. Segundo informações da família, da esquerda para a direita, temos D. Yayá, Joana e Olympia.

Figura 3: D. Yayá e suas irmãs



Fonte: Acervo familiar de Helson Lemos⁷, disponibilizada por Fabio Furtado Pereira em 2023. S/D.

6 Provavelmente ela quis dizer Olympia.

7 Neto do Comandante Loé Gutierrez de Simas e Nair Campos de Simas (esta, filha de Joana, irmã da D. Yayá).

A fonte cartorial, a princípio irrefutável, parece não estar tão alinhada com as informações familiares⁸ dos descendentes de Fernando Machado de Simas, aos quais a autora da Tese teve acesso recentemente.

De acordo com esse eixo familiar, Manoel Ignacio de Simas e Francisca Romana de Simas – que aparecem como pais da D. Yayá em sua certidão de casamento e também na árvore genealógica do FamilySearch – seriam os avós paternos dela. Detecta-se um erro na fonte escrita, que dessa vez será contestada com base na fonte oral. Trebitsch (1994, p. 23) já apontava que a história oral “*tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou (...)*”

3 FAMÍLIA SIMAS PARA ALÉM DA FONTE ESCRITA: ENTRE A ÁRVORE GENEALÓGICA E A BIOGRAFIA

Neste item entendemos a biografia familiar como um avanço da árvore genealógica proposta na Tese de Ferreira (2021), uma solução criativa em busca da convergência entre o depoimento oral e a fonte cartorial, conforme Ferreira (2023).

É hora de retificar a fonte escrita utilizada na pesquisa em questão, conferindo mais credibilidade à fonte oral, reestabelecendo, assim, a teia de relações familiares da D. Yayá.

3.1 QUEM FOI A D. YAYÁ?

Flora Francisca de Simas, depois Flora Simas de Carvalho, mais conhecida como D. Yayá, nasceu no dia 17 de março de 1873⁹ em Recife- PE e faleceu aos 90 anos de idade, no dia 27 de novembro de 1963 em Niterói - RJ.

Em 1889, aos 16 anos, bordou a primeira bandeira do Brasil republicano, tendo sido hasteada, com solenidade na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia de sua adoção oficial.

8 Aquelas passadas oralmente de geração em geração e que ficam sob os cuidados de uma espécie de guardião em cada eixo familiar.

9 Há controvérsias sobre o ano de seu nascimento. O Jornal A Cruz de 25/03/1956, p. 2, aponta que ela comemorou no mesmo ano a passagem de seus 82 anos, logo teria ela nascido em 1874. O Jornal Diário da Noite, de 20/11/1959, p. 2 indica que D. Yayá tinha 86 anos na data de sua publicação, então ela teria nascido em 1873. O Jornal Diário Carioca de 27/11/63, p. 9 aponta que na data de seu falecimento teria 92 anos de idade, logo teria nascido em 1871. A matéria do Jornal do Brasil de 27/11/63, p. 13, apesar de apontar que D. Yayá tinha 92 anos, menciona que ela teria nascido em 1861, um claro erro matemático e, por fim a maior discrepância está no registro do MyHeritage, que deveria ser a fonte mais confiável por considerar os documentos cartoriais, mas nela seu nascimento está registrado no ano de 1854.

Consideraremos que D. Yayá tenha nascido em março do ano de 1873, pois somado aos 16 anos que ela teria em novembro de 1889, quando, de acordo com os moradores, bordou a primeira bandeira republicana, resulta na soma exata.

O título de bordadeira do primeiro pavilhão nacional envolve uma disputa com a esposa e as filhas de Benjamin Constant, mas já se sabe que essas teriam bordado outras bandeiras, destinadas às escolas Militar e Superior de Guerra, pois há cartas que registram esse feito.

Mais tarde, D. Yayá mudou-se com a família da região central do Rio de Janeiro para Niterói, onde conheceu o pescador Francisco Bessa de Carvalho com quem se casou, aos quase 20 anos. O assentamento de casamento aponta que ela era filha de Manoel Ignacio de Simas e Francisca Romana de Simas.

Novas fontes orais retificam essa informação: ela seria filha não do velho Manoel Ignacio de Simas e de sua esposa Francisca Romana de Simas, que regulavam em torno de 69 e 55 anos, respectivamente, quando do seu nascimento, mas de um dos oito filhos do casal, qual seja, Manoel Ignacio de Simas Filho, provavelmente com uma outra Francisca, de sobrenome Gomes da Silva, da qual não se sabe muito, mas é apontada como sua esposa numa nota de jornal¹⁰ de 1872. Entretanto, teria ela sido registrada no nome dos avós paternos. Essas “confusões” de identidade eram muito frequentes pela ausência de cartório próximo, pelos nomes comuns à época, iguais aos de parentes próximos (pais, filhos, tios e outros) e, às vezes, por conveniência familiar. Cabe refletir sobre isso adiante.

3.2 MEMÓRIA DOS AVÓS PATERNOS

Manoel Ignacio de Simas (1804-1887) e Francisca Romana da Pureza (1818-?) casaram-se em Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, no dia 08 de setembro de 1833. Ela, uma jovem de 15 anos, teria passado a se chamar Francisca Romana de Simas, e ele, já viúvo de Anna Ricarda, conforme assento de casamento, aos 28 anos.

Ao que tudo indica tratou-se de um casamento entre famílias de militares, já que, de acordo com Piazza (1982, p.73-76), ele, filho de Domingos Antonio de Simas e de D. Delfina Rosa, naturais da Ilha do Pico, Arquipélago dos Açores, em Portugal, é intitulado ora como Capitão, ora como Major em diversas publicações e ela era filha de Francisca Romana Pureza de Souza (filha do Tenente Francisco Machado de Souza e de Ana Francisca Flora¹¹ de Faria) e do Professor de primeiras letras João Lopes Falcão, que teve o posto de Major da Guarda Nacional e era um dos sete filhos do Coronel Paulo Lopes Falcão e Maria da Conceição Costa.

Numa Carta Precatória Citatória de 21 de julho de 1864 da Ilha de Santa Catarina para Paranaguá-PR, constante nos arquivos do TJ-PR, peça integrante dos autos de inventário do Capitão João Lopes Falcão, encontram-se citados os herdeiros

10 Diário de Pernambuco, 17 fev.1872, p.1.

11 Faz sentido que nome da D. Yayá tenha sido inspirado na bisavó materna dela, mas ao invés de Francisca Flora, Flora Francisca. Francisca foi nome dado também à avó e à mãe dela.

“Manoel Ignácio Simas e Francisca Romana Falcão e Simas” para assistirem aos termos do referido inventário.

Há ainda uma terceira referência à esposa de Manoel Ignacio de Simas. Ela é denominada por Negrão (1945b, p.137) como Francisca Romana Machado de Simas. Negrão (1945b, p.138-142) afirma que o casal teve oito filhos: 1- João Thimoteo de Simas (1834-1873); 2- Francisco Ignacio de Simas (1836-?); 3- Manoel Ignacio de Simas Filho (1838-?); 4- Fernando Machado de Simas (1839-1840); 5- Maria Machado de Simas (1841-1841); 6- Flora Machado de Simas (1842-1850); 7- Fernando Machado de Simas (1851-1916); e 8- Flora Machado de Simas (1853-?).

O velho Manoel Ignacio de Simas era tido como um admirável homem e modelo de honestidade, conforme descrito em seu necrológico no periódico *Gazeta Nacional*, de 07 de dezembro de 1887, por ocasião de seu falecimento, aos 83 anos:

Veio para o Brasil antes da Independência. Ocupando o lugar de escrevente na corveta ‘Itaparica’ que tomou parte na expedição contra o ditador Rosas, foi com todos os seus companheiros desterrado para a Patagônia. Entre os prisioneiros achava-se Joaquim José Ignácio, que se tornou depois um notável marítimo. Manoel Ignácio de Simas fundou em Paranaguá a Sociedade Defensora da Independência do Brasil e mais tarde, com o padre Gregório José Lopes Nunes e Manoel Francisco Correia (pai do atual Senador Correia) e outros, fundou o Partido Liberal da Província do Paraná. Teve condecorações do Primeiro Império e foi inquebrantável em sua fé política até os últimos momentos de sua vida. Era citado como um dos melhores modelos de honestidade e foi sempre estimado e respeitado até pelos seus adversários políticos.

Uma vez falecido no final de 1887, havendo registros de depoimentos da própria D. Yayá relatando que em 1889 o pai dela a teria indicado ao Marechal Deodoro para bordar o primeiro pavilhão nacional republicano, o seu pai de fato só poderia ser o Manoel Ignácio de Simas Filho.

3.3 OS PAIS BIOLÓGICOS DA D. YAYÁ

Deve-se considerar que a incorreção apontando os avós como os pais da D. Yayá e de seus irmãos pode não ter passado de um erro ou até ter sido proposital. Na primeira hipótese algumas coincidências podem ter contribuído para a divergência no registro do documento. Na segunda, teria sido uma forma de assegurar aos netos alguma proteção, diante de certa imaturidade do pai, corroborada por fatos documentalmente amparados, bem como pela oralidade de uma das netas da D. Yayá, de que seria ele um tanto “destrambelhado” (sic) e que não seguia o ritmo da família.

A hipótese de erro no registro considera que o pai dela, de acordo com os descendentes de Fernando Machado de Simas, era o terceiro filho do casal Manoel Ignacio e Francisca Romana de Simas, ou seja, era Manoel Ignacio de Simas Filho, o qual teve o agnome “Filho” suprimido em alguns registros escritos (documentos e notas de jornal), confrontando-se a tal hipótese também na certidão de casamento de D. Yayá, documento ao qual Ferreira (2021) teve acesso. Seria essa a mesma explicação para a filiação paterna de todos os seus irmãos.

Apesar de Negrão (1945b, p.141) sugerir o casamento de Manoel Ignacio de Simas Filho com Anna Carneiro de Simas e apontar que não tiveram filhos, os descendentes de Fernando Machado de Simas afirmam que ele seria o pai de Flora Simas de Carvalho e outros. Conforme já mencionado, há indícios de que esses filhos sejam dele com uma outra mulher, cujo primeiro nome era o mesmo de sua mãe, Francisca, aliás bastante comum na época, o que também pode ter contribuído para uma possível confusão, mas nem mesmo se sabe ainda se eram de fato casados. Seria essa a mesma explicação para a filiação materna de toda a prole de Manoel Ignacio de Simas Filho.

Faz mais sentido que por problemas políticos e/com a Justiça, os filhos de Manoel Ignacio de Simas Filho tenham sido registrados no nome dos avós paternos, como suposto anteriormente.

Ainda há dúvidas sobre a profissão de Manoel Ignacio de Simas Filho. Algumas fontes o apontam como militar e outras como fotógrafo. Ferreira (2021) chega a defini-lo como militar e fotógrafo. Negrão (1945b, p.141) o aponta como Sargento-mor, uma graduação na hierarquia do Exército do Brasil colonial e imperial, mas não há dúvidas de que ele vinha de uma família de militares. Inclusive seu pai, o velho Manoel Ignacio de Simas, de mesmo nome, era militar.

O trecho do depoimento da Sra. Lucy elucidada sobre a origem da família, a região de moradia e do temperamento do Manoel Ignacio de Simas Filho.

Lucy: (...) o pai dela era o Simas, família rica que morava em São Cristóvão. Antigamente São Cristóvão era um lugar na cidade o lugar mais grã-fino **onde só moravam os Generais, os Coronéis, só gente da alta sociedade,** era São Cristóvão não tinha negócio de Copacabana, nem Ipanema, nem Leblon, nada disso. Era São Cristóvão. Moravam lá no palacete, *família muito numerosa* e o pai da minha avó era dessa família. Mas ele era meio destrambelhado. Ele não seguia o ritmo da família. **Lá a maioria das pessoas da família eram todos militares.**

Autora: E ele não era militar?

Lucy: Ele não era nada. Ele bebia... **Ele era assim meio revolucionário,** sabe como é? E ele brigava por esse negócio da escravatura. Ele tomava parte, ele brigava na rua, tomava parte nessas coisas [...].

Apesar de se tratarem de dois republicanos abolicionistas, é possível perceber grande diferença de temperamento entre o velho Manoel Ignacio de Simas e seu filho, Manoel Ignacio de Simas Filho (avô e pai biológico da D. Yayá, respectivamente), ao comparar esse depoimento com o necrológio do velho Simas.

Sabe-se ainda que Manoel Ignacio de Simas Filho esteve entre os suspeitos de introdução de notas falsas em Vassouras, na então Província do Rio de Janeiro, onde residia e exercia a profissão de fotógrafo, presos em março de 1866, sete anos antes do nascimento da D. Yayá, conforme notificou o jornal Diário de Pernambuco de 14 de abril de 1866. E, de fato, entre 1868 e 1878 há registros em periódicos de sua passagem pelo Presídio da Ilha de Fernando de Noronha, destino de presos políticos, como os ciganos (em 1739), os farroupilhas (em 1844), capoeiristas (em 1890), de condenados por fabricação, introdução e falsificação de notas, cautelas, cédulas e papéis fiduciários (1833¹²) e de militares condenados a seis anos ou mais de trabalhos públicos ou de fortificações, ou a pena de galés por mais de dois anos (1859¹³).

Ferreira (2021) chama a atenção para a menção em nota de um jornal de grande circulação¹⁴, à uma Sra., cujo primeiro nome era Francisca, como esposa de Manoel Ignacio de Simas (Filho), e estranha o sobrenome “Gomes da Silva”, ao invés do “Romana de Simas”. A nota em questão torna pública a ordem judicial concedendo a passagem dela, como esposa, até o presídio de Fernando de Noronha, onde o marido cumpria pena.

O período de dez anos que Manoel Ignacio de Simas (Filho) ficou preso não impediu a família de continuar a crescer. Isso é razoável não só graças à possibilidade de visitas, mas também porque os prisioneiros da ilha tinham suas casas e eram responsáveis pela própria subsistência. Inclusive os mais comportados poderiam ser autorizados a sair para pescar, ir ao clube, à igreja e até mesmo a viver com a família, conforme esclareceu o Centro de Informação de Fernando de Noronha, em fevereiro de 2012.

O registro dos filhos nascidos durante o período de cumprimento da pena no presídio de Fernando de Noronha-PE em nome dos avós paternos foi decisivo para suprimir uma linha da árvore genealógica da D. Yayá, transformando em irmãos os que na realidade eram tios.

3.4 OS TIOS DA D. YAYÁ

Conforme já foi colocado, de acordo com Negrão (1945b), Manoel Ignacio de Simas Filho teve sete irmãos, todos nascidos em Paranaguá. Sabe-se que três morreram ainda crianças e há ainda um que não se tem muita informação. Os

12 De acordo com a lei n. 52, de 3 de outubro do mesmo ano.

13 A partir do decreto n. 2.375, de 5 de março do mesmo ano.

14 Diário de Pernambuco, 17 fev.1872, p.1

demais alcançaram alguma visibilidade na vida adulta: João Thimoteo de Simas (1834-1873)¹⁵, Fernando Machado de Simas (1851-1916) e Flora Machado de Simas (1853- ?)¹⁶. Somente João Thimoteo e Fernando aparecem na árvore genealógica apresentada (vide figura 2) e D. Yayá nem chegou a ter contato com o primeiro, pois faleceu aos 39 anos, pouco antes do seu nascimento. O parentesco estabelecido considera a filiação que consta nos registros de batismo/nascimento/casamento, levando a crer que eram irmãos de D. Yayá, mas a História Oral esclarece que se tratavam de seus tios. Inclusive, informalmente as netas, entrevistadas por Ferreira (2021), chegaram a fazer referência a um parente que atuava na área de farmácia.

Ferreira (2017, p.11) fez referência a uma reportagem do *Mundo Ilustrado*, de 1963, que citou uma história contada pela própria D. Yayá, na qual ela fez menção a esse parente, um tio, apontado como “rico farmacêutico”, que agora é sabido tratar-se de Fernando Machado de Simas:

Como em tôda família, Yayá tinha um tio rico, próspero farmacêutico que servia à Côrte. Certa vez, ao visita-lo, além de receber um convite para o baile imperial, ganhou uma fita côr de rosa, no valor de 9 mil réis. Aplicou-a no longo vestido com o qual dançou o baile inesquecível. (MUNDO ILUSTRADO, n. 275, 1963) (sic).

Fernando Machado de Simas foi o segundo filho do casal, o qual, após o curso de Humanidades, formou-se em farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1874. Atuou em Antonina e mais tarde em Paranaguá, onde, de acordo com Negrão (1945a), foi ardoroso propagandista do abolicionismo e da República, fundando com outros o jornal <Livre Paraná>, que dirigiu como polemista culto e intemorato.

Uniu-se em matrimônio com Helena Correia Gutierrez em janeiro de 1882 na cidade de Paranaguá. De acordo com Negrão (1945a), o casal teve sete filhos¹⁷, mas

15 João Thimoteo de Simas nasceu em 1834, primeiro ano de bodas do casal Manoel Ignacio de Simas e Francisca Romana de Simas. Casou-se em 1857 com Ana Cândido de Paula Simas, com quem teve seis filhos. Trabalhou na Alfândega de Paranaguá, na Agência dos Correios e em outros cargos públicos e faleceu em 1873.

16 Ferreira (2021) aponta que o jornal *Província do Paraná*, em 1876, torna pública uma nota de casamento em Paranaguá, correspondente à união matrimonial de Flora de Simas com o Tenente Faustino Martins Bastos, qualificada pelo jornal como filha de um Capitão de nome Manoel Ignacio de Simas. Trata-se de Flora Machado de Simas, nascida em 1853 e que faleceu no Rio de Janeiro, já no século XX, em data a ser apurada. Confirma-se, portanto, que ela era uma tia paterna de Flora Simas de Carvalho (Yayá), nascida em 1873, irmã de seu pai, Manoel Ignácio de Simas Filho, de acordo com a família.

17 Otto Gutierrez de Simas (1882-1968), Hugo Gutierrez de Simas (1883-1941), Raul Gutierrez Simas (1884-1952), Renê Gutierrez Simas (?), Rubens Gutierrez de Simas (?), Ruth Gutierrez Simas (?), Loé Gutierrez de Simas (1889-1966). Os cinco primeiros teriam nascido em Paranaguá e os demais em Petrópolis. Essa está entre as incorreções que a família aponta na obra.

a família aponta que foram apenas quatro: Otto Gutierrez de Simas (Paranaguá, 1882 - Rio de Janeiro, 1968), Hugo Gutierrez de Simas (Paranaguá, 1883 - Rio de Janeiro, 1941), Raul Gutierrez Simas (Paranaguá, 1884 - Rio de Janeiro, 1952) e Loé Gutierrez de Simas¹⁸ (Petrópolis, 1889 - Rio de Janeiro, 1966).

Otto, General de Exército e engenheiro-civil; Hugo foi ilustrado jurista, jornalista, professor emérito, fundador da Universidade do Paraná (atual UFPR), Procurador da República, Ministro substituto do TSE em 1932, Procurador-Geral de Justiça no Estado do Paraná e Desembargador no TJ daquele Estado; Raul e Loé eram Oficiais da Marinha, ambos Capitães-de-mar-e-guerra com vasta trajetória militar.

Somente o último filho de Fernando Simas, Loé, nasceu em Petrópolis, para onde a família se mudou em 1887. Posteriormente transferiram-se para o Rio de Janeiro. Pelo local do registro de nascimento dos filhos é possível ter uma ideia da trajetória da família. Além disso, também há relatos orais sobre a passagem do pai da D. Yayá (e filhos), agora esclarecido como irmão de Fernando Machado de Simas, por Petrópolis, a serviço da Família Imperial.

Em consequência do reconhecimento de Fernando Machado de Simas como tio de da D. Yayá, fica claro que Otto Gutierrez de Simas, um dos filhos dele, que chegou a ser considerado sobrinho dela era, na verdade, seu primo, citado, inclusive, por moradores da Aldeia Imbuhy, onde o militar possuía uma casa de veraneio¹⁹, e parentes daquela em seus depoimentos.

3.5 O GENERAL OTTO GUTIERREZ DE SIMAS: DE SOBRINHO A PRIMO DE D. YAYÁ

A pequena diferença de idade, de apenas 9 anos, entre Flora Simas de Carvalho (D. Yayá) e Otto Gutierrez Simas foi um dado que acionou a intuição de pesquisa de Ferreira (2021). Entretanto, por si só, não teve a relevância necessária para negar os documentos escritos que embasavam estudos genealógicos anteriores. Só agora, a partir das novas contribuições orais familiares recebidas, passa a fazer mais sentido a referência que Iza de Azevedo Rowlands, neta da D. Yayá, em entrevista realizada em 17 de maio de 2018, aos 88 anos, fez a esse parentesco: *“No canto da praia morava um marechal, **primo de vovó**, Otto Simas de Carvalho, marechal”*. (Ferreira, 2021).

Otto Gutierrez de Simas nasceu em 22 de agosto de 1882 em Paranaguá. Ele foi o primeiro filho de Fernando Machado de Simas e Helena Gutierrez Simas.

Segundo Negrão (1945a) ele foi Oficial de artilharia e Engenheiro Civil. Casou com Marietta Ferreira de Abreu Simas, filha do Marechal reformado Alberto Ferreira

18 Negrão (1945a, p.321) aponta que Loé teria se casado com a prima Nahyr Campos de Simas. Ela era filha de José Siqueira de Campos e Joana Simas de Campos, esta, por sua vez, irmã da D. Yayá, portanto sua sobrinha.

19 O eixo familiar de Fernando Machado de Simas afirmou que ele morava no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro- RJ.

de abreu, com quem teve seis filhos: Ney, Cid, Maria Cândida e Ruth, Otto e Lucy.

Com relação à propriedade, localizada na Aldeia Imbuhy, há registro da passagem do espólio da mãe para Otto, bem como de contas de consumo e solicitação do Exército para a passagem de cabos pelo seu terreno, no início do século XX.

A relação familiar entre a D. Yayá e os militares tem relevância pelo fato de a precedência da ocupação daquela área ter sido disputada entre o Exército Brasileiro e os moradores da comunidade.

Na versão “oficial”, a área teria um uso anterior à ocupação voltado para a Defesa Nacional. Contudo, devido às dificuldades de acesso, teriam sido concedidas autorizações para o estabelecimento de civis que mantinham alguma relação familiar com os militares, o que teria originado a comunidade.

De fato D. Yayá vinha de uma família de militares. Mas quando a família dela se estabeleceu na Aldeia Imbuhy já havia uma vila de pescadores²⁰. De acordo com as narrativas locais, a comunidade teria nascido antes da chegada dos militares e do Forte Imbuhy ser erguido. O que torna sua família pioneira na ocupação da Aldeia Imbuhy é o fato de, pelo casamento, ela ter passado a pertencer a uma das famílias mais antigas que se tem notícia na área, a do líder dos pescadores local, Francisco Bessa de Carvalho.

4 CONCLUSÃO

Vivemos tentando encaixar o depoimento nas informações da fonte escrita. Quando, na prática, o depoimento vai deixar de ser visto como complemento, até por nós mesmos, que na teoria tanto defendemos seu papel? Buscar a confirmação da fonte oral na escrita, creditando nessa última mais peso, pode não ser a melhor solução. Duvidar é preciso. Nem sempre vale o que está escrito.

Esse texto é resultado de um avanço importante no que tange à pesquisa que envolve as relações familiares da bordadeira da primeira bandeira do Brasil republicano e possibilita que a fonte oral seja corrigida pela escrita.

Ressalta-se que o trabalho acadêmico precisa respeitar um período de execução, o que não impede a pesquisa de continuar e tomar rumos posteriores surpreendentes, agregando informações novas nesta construção dialética permanente. Percebe-se que a análise de sutilezas presentes na tradição oral (oralidade) não escapa de ter evidências claras e confirmadas nas fontes primárias (notas de jornais de época, relatórios dos Poderes Constituídos e afins), nuances estas que, deveras, passam ao largo das lentes de alguns historiógrafos. Isto pode gerar erros de informação e de interpretação em série que reverberam no tempo,

20 Vide Castro (2009, p.347), que cita o problema de uma antiga passagem que dava acesso à vila de Pescadores na Praia do Imbuhy no século XIX.

petrificando afirmativas de premissas falsas ou parcialmente falsas, ocultando a “Verdade”, esta filosoficamente tão utópica mas que, inexoravelmente representa o “norte magnético” da bússola da ciência e de todo o pesquisador empenhado numa investigação histórico, geográfica e genealógica comprometida. A descoberta é justamente o que fascina no fazer científico.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. v I- Rio de Janeiro. Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. *Uma estratégia comunitária ancorada na história oficial: memória e conflito social na Aldeia Imbuhy*. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. *O fortalecimento da figura de D. Yayá e a (re) produção da identidade nacional como elementos de resistência na luta pelo território: narrativas da comunidade pesqueira Aldeia Imbuhy, Niterói- RJ*. 2021. 412 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2021.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. Entre o narrador da Imagem e os da História: o quadro “A Pátria” e a primeira bandeira do Brasil República. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 80, p.19-30, maio-ago., 2022.

FERREIRA, Jamylle de Almeida. Metodologia de história oral e genealogia: um esforço criativo para compreender a comunidade tradicional Aldeia Imbuhy. In: SILVA, Catia Antonia da (Org). *PESCA ARTESANAL, reflexões da Geografia, História Social na análise de geograficidades e temporalidades: por uma compreensão do método e de metodologias participativas*. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2023.

NEGRÃO, Francisco de Paula Dias. *Genealogia Paranaense*. 3 v., Curitiba, Imprensa Paranaense, 1945a.

NEGRÃO, Francisco de Paula Dias. *Genealogia Paranaense*. 6 v., Curitiba, Imprensa Paranaense, 1945b.

PIAZZA, Walter F. *O Primeiro Cirurgião de Santa Catarina*. *Revista das Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 68-76, jan./dez. 1982.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade: Estatísticas e Fontes Orais. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro. Diadorim/FINEP, 1994.

Recebido em: 15 mai. 2023.

Aceito em: 25 jul. 2023.